

TAPIRA, ANTAS DOMÉSTICAS E VACAS DO MATO NOTAS SOBRE A DIFUSÃO DE ANIMAIS E SEUS NOMES

TAPIRA, DOMESTIC TAPIRS AND WILD COWS NOTES ON THE DIFFUSION OF ANIMALS AND THEIR NAMES

Felipe Vander Velden¹

RESUMO: Este artigo traz algumas notas sobre o emprego do termo Tupi *tapira* (e seus vários cognatos) para designar os bovinos trazidos para as Américas com a invasão europeia, assim como sobre sua difusão por entre diferentes línguas não Tupi faladas no território brasileiro. Além disso, oferece uma hipótese para repensar o sufixo Tupi-Guarani *-ete*, com vistas a refletir, desde o ponto de partida lexical, sobre a introdução dos animais de rebanho entre os povos indígenas no Brasil e nas terras baixas sul-americanas em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas indígenas. Vaca. Boi. Antas. Gado.

ABSTRACT: This article brings some notes on the use of the Tupi term *tapira* (and its various cognates) to designate the cattle brought to the Americas with the European conquest, as well as on its diffusion among different non-Tupian languages spoken in different parts of the Brazilian territory. In addition, it offers a hypothesis to rethink the Tupi-Guarani suffix *-ete*, with a discussion, from the lexical starting point, on the introduction of herd animals or cattle among indigenous peoples in Brazil and in Lowland South America in general.

KEYWORDS: Indigenous languages. Cows. Oxen. Tapirs. Cattle.

Introdução

Os europeus que chegaram às Américas a partir de 1492 lutaram, de acordo com os parâmetros de suas epistemes nativas, para compreender toda a imensa riqueza de novas e estranhas espécies de animais (e de plantas, fungos, solos, corpos celestes, paisagens e, claro, de coletivos humanos) que por aqui encontraram. Não é menos verdade, outrossim, que os povos originários do Novo Mundo fizeram o mesmo com as espécies introduzidas com a conquista europeia, notadamente com os animais domesticados, que já desde muito cedo viajavam nas embarcações espanholas, portuguesas, inglesas, francesas, holandesas e de outras nacionalidades, e sempre acompanhavam esses invasores não indígenas. Contudo, se os procedimentos intelectuais empregados pelos conquistadores adventícios para dar sentido à fauna neotropical vêm sendo estudados em detalhes há tempos (GERBI, 1996; ASÚA;

¹ Doutor em Antropologia Social pela UNICAMP. Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: fvander@ufscar.br.

FRENCH, 2005; WULF, 2016), incluindo os processos de coleta, análise e dicionarização dos léxicos nativos (NUNES, 2006), os modos como os povos indígenas compreenderam, significaram e nomearam os seres exóticos com os quais se deparavam seguindo a ocupação do continente seguem muito menos conhecidos, ainda que tenham sido objeto de um estudo já clássico pelo etnólogo sueco Erland Nordenskiöld, que coletou os termos para boi/vaca (e também para cavalo) em 132 línguas sul-americanas (NORDENSKIÖLD, 1922, p. 56-63; ver também BROWN, 1999).

Diversas sociedades indígenas ao longo dessa história de mais de cinco séculos lançaram mão de analogias para conferir sentido aos animais recém-chegados junto aos europeus: ou seja, tomaram os seres que conheciam, da fauna nativa, para nomear e classificar as espécies exóticas até então ignoradas. Tal foi o caso dos termos que designam antas ou tapires – os maiores mamíferos do Neotrópico – em muitas línguas indígenas empregados para nomear bois e vacas, por seu turno os maiores e mais potentes dos animais introduzidos. Este artigo² reúne a informação disponível e esboça uma análise de um desses processos de extensão semântica mais interessantes no tocante à relação entre os povos indígenas e os bovinos de origem eurasiática: a difusão do termo *tapira*³ (e suas muitas variantes ortográficas, compiladas em PAPAVERO, 2018, p. 58-63), originalmente designando as antas ou tapires nativos, para dar – com as devidas desculpas pelo chiste – nome aos bois. Espalhando-se muito além dos povos de língua Tupi-Guarani na costa atlântica e das línguas gerais de base Tupi em sua ampla difusão territorial, a emergência desta palavra para nomear os bovinos em línguas de diferentes famílias linguísticas ameríndias no Brasil diz muito sobre a história da invasão europeia e das maneiras como essas pontas de lança animais – verdadeiros intermediários (*go between*) da conquista (METCALF, 2019) – da ocupação territorial do país pelas fronteiras de expansão pastoril (RIBEIRO, 1996) foram percebidas – e, na sequência, adotadas ou rejeitadas – pelos povos nativos. Além disso, uma breve reflexão sobre uma das variantes do termo – *tapirete*, *tapira-eté* – permite-me avançar uma hipótese acerca da relação entre antas e bovinos tal como pensada pelos grupos indígenas alcançados pela presença do gado que anda por estas paragens pelo menos desde a década de 1530⁴ (GOULART, 1965, p. 13-16).

² Os dados aqui discutidos foram coletados no âmbito de projeto de pesquisa financiado pela FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Auxílio Regular de Pesquisa - processo 2020/05507-0), a quem agradeço. Agradeço também a Wilmar D'Angelis, Cristina Fargetti, Angel Corbera Mori, Evandro Bonfim e Eduardo Rivail Ribeiro pelo precioso auxílio.

³ A forma original Tupi era *tapi'ira*, da raiz *tapi'ir* + o morfema sufixal de caso argumentativo {-a}; nos séculos XVI e XVII os jesuítas escreviam *tapijra* ou *tapiira*.

⁴ Mais precisamente em 1535, segundo o frei Vicente de Salvador (1982[1627]).

Tapira: sobre antas e bois

De acordo com Nelson Papavero, o primeiro registro do nome tupi para designar as antas nativas da fauna neotropical, na forma *tappire*, data de 1540, e foi anotado por Jehan Lamy, que coletou informações linguísticas provenientes de aventureiros normandos que atuavam como *truchemans* (variante ortográfica antiga de *truchements*), intérpretes ou intermediários das relações entre indígenas e franceses no litoral da América portuguesa ao longo do século XVI (PAPAVERO, 2018, p. 58). A partir daí, o termo adentrou as línguas europeias, como no português *tapir*, e na designação da família (Tapiridae) e do gênero (*Tapirus*) desses grandes mamíferos perissodáctilos⁵. Mas na América indígena o termo *tapira* (e suas variantes) passou a designar, em vários contextos histórico-geográficos e em distintos povos, também o boi/vaca (*Bos taurus* Linnaeus 1758), animal de grande porte introduzido pelos europeus no Brasil por volta do início da década de 1530.

A presença do vocábulo *tapira* ou similares para designar os bovinos já se registra na extinta Língua Geral Paulista (LGP), que tem *tapyra* como termo para boi/vaca, segundo Nordenskiöld (1922, p. 53), e *tapijra*, conforme o “Vocabulário na Língua Brasilica” concluído na vila de Piratininga em 1622 (DRUMOND, 1952, p. 56)⁶. No seu *Dicionário de Tupi Antigo*, Navarro (2013, p. 462) nos fornece *tapi'ira* (e as distintas grafias *tapiira*, *tapira*, *tapir*) tanto para anta (*Tapirus terrestris* L.) como para “vaca, boi, gado bovino em geral”. Note-se, assim, que o processo de extensão semântica é antigo, datando de pelo menos o início do século XVII. Mas muitas línguas do tronco Tupi, especialmente aquelas da família Tupi-Guarani, ainda faladas em diferentes regiões do Brasil possuem, para denominar as antas, cognatos do termo *tapira*. Assim temos, por exemplo, o Kamayurá *tapi'it*, *tapi'ira* (SEKI, 2000); o Tapirapé *tapi'ira* (BRUNO, 2013); o Tembé *tapi'ir* (BOUDIN, 1978, p. 28), mesmo termo empregado no Guajajara (HARRISON; HARRISON, 2013, p. 141) – Tembé e Guajajara falam a mesma língua chamada Tenetehara; o Urubu-Kaapor *tapi'ir* (SOUSA, 2021, p. 236); o Asurini do

⁵ Embora a tradição e o senso comum façam referência a uma única espécie de anta/tapir, comumente identificada pelo nome científico *Tapirus terrestris* (Linnaeus 1758), o Neotrópico abriga outras três espécies do gênero *Tapirus* (*T. pinchaque*, *T. bairdii* e *T. kabomani*), estas menos conhecidas e com distribuição geográfica mais restrita que a espécie-default *T. terrestris* (PAPAVERO, 2018, p. 56-58).

⁶ Há uma enorme variedade de termos semelhantes no Tupi antigo, registrados nas fontes e recolhidos por Papavero (2018, p. 58-63). O mesmo autor também anota a denominação de *boi-silvestre* ou *boy-silvestre* para a anta (PAPAVERO 2018, p. 63); em vários registros, a espécie nativa é chamada em Tupi de “boi do mato”, *tapira-caapora* e variantes similares (PAPAVERO, 2018, p. 62-63).

Xingu e o Asurini do Trocará *tapi'ira* (NICHOLSON, 1982, p. 15); o Wajapi *tapi'i* (OLSON, 1978, p. 8); o Guaraní-Mbya *tapi'i* (DOOLEY, 1998); e o Araweté *tapiʔi* (SOLANO, 2009).

E esta mesma palavra, em várias dessas línguas, é empregada para designar o boi/vaca, espécie introduzida também caracterizada por seu porte avantajado e pela abundância de carne. No alto Xingu encontramos o termo Kamayurá *tapire* usado como referência aos bovinos (SEKI, 2000). No leste do Pará, temos o vocábulo Tembé-Tenetechar para boi, *tapi'ir*, mas também *tapi'ak* = “anta de chifre” (BOUDIN, 1978, p. 52). Nas proximidades, já no estado do Maranhão, o Tenetehara-Guajajara diz *tapi'ak* para boi, cuja tradução literal é a mesma, “anta-chifre” (HARRISON; HARRISON, 2013, p. 140);⁷ e o Urubu-Kaapor emprega *tapi'iruhu*, “boi, vaca, anta grande” (SOUSA, 2021, p. 236). Na bacia do Xingu, também no estado do Pará, o fenômeno foi registrado nas línguas Asurini do Xingu, que tem boi = *tapiro*, Asurini do Trocará, onde boi = *tapi'irohoa* (NICHOLSON, 1982, p. 15), e Parakanã, em que o boi (e também o cavalo) é chamado *tapiragawa*, literalmente “similar à anta” (FERREIRA DA SILVA, 2003, p. 56)⁸. Por fim, temos os Avá-Canoeiro nas bacias do Tocantins e Araguaia (estados de Goiás e Tocantins), que chamam os bois de *tapira-ete* (BORGES, 2006, p. 320), termo que será analisado mais detalhadamente adiante.

Talvez seja possível afirmar que estamos diante de um processo cognitivo especificamente Tupi, ou Tupi-Guarani, no qual se verifica a associação por similaridade entre antas e bois. Ela aparece, por exemplo, na língua Karitiana (Tupi-Arikém, Rondônia), em que o termo para boi, *opoko irip'*, traduz-se literalmente por “anta dos brancos (isto é, dos não indígenas)”, e que eles dizem ser “uma anta diferente” (VANDER VELDEN, 2012, p. 69); esta associação, segundo os Karitiana, radica na dureza do couro dos bois e vacas, similar àquele das antas, o que aponta para analogias entre as espécies nativas e exótica que não se resumem

⁷ É interessante notar que, se os Tenetehara compreenderam as vacas e os bois como “antas com chifres”, os europeus, por seu lado, deram sentido às antas pensando-as como “vacas/bois sem chifres” (*vacas mochas*), um animal cheio de carne e com patas e cascos semelhantes aos das vacas – assim rezando a primeira descrição de uma anta pelo bacharel Fernández de Enciso em sua *Suma de Geografia*, publicada em 1530 (ASÚA; FRENCH, 2005, p. 17-18). Os processos cognitivos de associação entre bovinos e tapirídeos, assim, parecem coincidir até certo ponto; e pode ser, claro, que estejamos perante a circulação de ideias a respeito da fauna (nativa e exótica) na qual a percepção de indígenas e europeus dialogava no processo de conhecimento mútuo das duas biotas em contato.

⁸ Na mesma região, os Suruí-Aikewara empregaram uma dupla analogia para se referir a bois e vacas: primeiro, associaram os burros (*Equus asinus*) aos veados, chamando aqueles de *misakati* = “veado fedorento (= burro); depois, denominaram, “por grau de semelhança”, os bois de *misakatirona*, “que parece um burro” (LOPES, 2014, p. 433). Note-se que isso não significa, necessariamente, que os burros tenham aparecido antes dos bovinos, mas apenas que os Suruí parecem ter primeiro notado os asininos, e derivado de suas formas o nome dos bois. O termo para anta no Suruí-Aikewara, como de resto nas línguas Tupi-Guarani na mesma zona, é *tapi'ira* (LOPES, 2014, p. 491).

às semelhanças quanto ao tamanho, ao rendimento das caçadas ou à abundância de carne. Mas este mesmo aproveitamento dos nomes dados às antas para denominar os bovinos introduzidos pode ser verificado em outras famílias linguísticas. No Kaxinawá, língua Pano no oeste amazônico, por exemplo, os bois/vacas são *hene awa*, “antas da água”, ou, contemporaneamente, *ina awa*, “antas domésticas” (ERIKSON; CAMARGO, 1996, p. 206). Na língua Tukano, no alto rio Negro, se o termo para anta é *wekî*, os bovinos, machos e fêmeas, são ditos *ekagî-wekî*, cuja tradução seria “anta alimentada ou criada (como animal de criação)” (RAMIREZ, 2019, p. 184). Também no Kaingang (jê) falado em São Paulo foi cunhado um neologismo para designar o boi a partir do nome da anta: *kóioro-nîká*, literalmente “anta de chifre” (D’ANGELIS; GONÇALVES, 2018, p. 142).

Destarte, esta equação boi = anta não é incomum nas línguas ameríndias⁹. Assim, possivelmente neste uso de cognatos do termo *tapira* para designar antas e bovinos, encontramos trajetórias de difusão a partir da Língua Geral Paulista ou de outras línguas gerais de base Tupi que se difundiram pela América portuguesa desde o século XVI (FREIRE; ROSA, 2003). No caso das cabeceiras do Xingu, poder-se-ia sugerir contatos antigos com exploradores paulistas que percorreram a parte meridional desta área antes que os diferentes povos xinguanos tenham sido empurrados pela colonização para o norte e se concentrado na região do atual Parque Indígena do Xingu que funcionou como espécie de zona de refúgio (DOLE, 2001, p. 66); sabe-se que desde pelo menos 1663 bandeirantes vinham percorrendo a porção oriental da bacia do Alto Xingu, “aprisionando e assassinando índios” (DOLE, 2002, p. 68; HECKENBERGER, 2001). Menget (2001, p. 77) registrou que os Ikpeng (Txicão) de língua Karib, quando falam sobre os inimigos de seus antepassados na bacia dos rios Teles Pires-Juruena, mencionam “um grupo de brancos possuidores de cavalos e de gado” entre os quais capturaram várias crianças, possivelmente fazendo referência ao início do século XIX; já os Kamaiurá parecem recordar homens a cavalo com armas de fogo, tratados como “caraíbas que se locomovem como formigões de picadas mortais”, *tanahangaruwiap*; Menezes Bastos (2013, p. 432) registra um trecho de narrativa Kamaiurá, possivelmente referindo-se a eventos ainda no século XVIII, em que se pode apreciar estranhamento diante do imponente animal e seus ginetes armados: “‘Papai, olhe que veados imensos!’, ‘Não, meu filho, não são veados. São ‘formigões (...). Cuidado que eles picam você com o veneno da morte...’”. Talvez, por outro

⁹ Outras formas de criação de neologismos para nomear bois e vacas, claro, também ocorre(ra)m nas línguas indígenas, por meio da cunhagem de termos novos, pela associação com os cervídeos (veados) nativos, ou via empréstimos dos termos em português ou outras línguas europeias (ver BROWN, 1999).

lado, o termo em Kamayurá pode ter sido emprestado do Bakairi (que chamam os bois de *tapira*), já que este povo de língua Karib circulava bastante entre o centro-leste do Mato Grosso e os formadores do rio Xingu (ver abaixo). De todo modo, processos de difusão dos termos poderiam explicar também a palavra Aweti (família Tupi-Aweti) para anta, *tapi²it* (KAMAIURÁ, 2012), assim como o vocábulo para boi *tapira* no Yawalapiti, língua xinguana da família Aruak (SEKI, 2011, p. 77)¹⁰.

Já para o caso do leste do Pará e oeste do Maranhão, expedições paulistas percorreram igualmente a região dos médios e baixos cursos dos rios Xingu e Tocantins e seus tributários desde o século XVII (HEMMING, 1978, p. 198-253), mas o termo *tapira* pode ter sido difundido entre vários povos e línguas na região – muitos de contato relativamente recente, como os Parakanã e os Assurini – a partir do norte, de Belém, de onde provinha uma frente de exploradores e ocupantes falantes da língua geral, provavelmente a Língua Geral Amazônica (LGA), além de vários grupos falantes de língua Tupi-Guarani. Sabe-se que certos grupos Juruna aldeados no médio Xingu no final do século XVII, segundo o padre Bettendorff (citado em GUZMÁN, 2008, p. 43), falavam a língua geral¹¹; o mesmo religioso também registra, na mesma zona, os Taconhapé (Takunyapé) igualmente falantes da língua franca de base Tupi (CHAMBOULEYRON, 2008, p. 54). Notemos, ademais, que Ermano Stradelli (2014, p. 177) registrou, no Nheengatu (a Língua Geral Amazônica) falado na região de Manaus o vocábulo *tapyira* (a mesma palavra para anta, *tapir*), ou, alternativamente, *tapyira-suaiauara*, literalmente “anta/boi com rabo, caudado”, que, neste caso, contrasta com a anta nativa, *tapyira-caapora*, “anta/boi do ato, silvestre” (STRADELLI, 2014, p. 162). Com respeito aos Avá-Canoeiro no centro do território brasileiro, existem abundantes fontes de seus contatos com exploradores tanto paulistas quanto provenientes do Norte desde o século XVII (TORAL, 1984/1985).

É mais certo, entretanto, que as andanças dos bandeirantes e exploradores paulistas – que se deslocavam de São Paulo para percorrer, explorar e finalmente se estabelecer no que seriam os atuais territórios de Minas Gerais, centro-sul de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, sul de Goiás, e norte do Paraná já no começo dos setecentos em busca de ouro, pedras preciosas

¹⁰ Os Mehinaku (família Arawak) chamam a carne bovina de *tapiri*, reconhecendo no termo um empréstimo do Kamayurá (Angel Corbera Mori, comunicação pessoal).

¹¹ A expressão na língua Juruna para boi/vaca é *ahua urahihi*, que se traduz por “veado grande e comprido” (de *ahua* 'veado' e *urahihi* 'grande e comprido'); a palavra para “anta”, *tuã*, é termo totalmente distinto. Cristina Fargetti (em comunicação pessoal) sugere que identificação dos bovinos com cervídeos tem que ver com a presença de chifres. A mesma linguista aponta como certa a influência do Nheengatu (LGA) na língua Juruna.

e escravos nativos (MAGALHÃES, 1978; NOLL; DIETRICH, 2010; ARGOLO, 2016, p. 19) – e dos indígenas que os acompanhavam, todos falantes da Língua Geral Paulista, estejam na origem dos termos para boi/vaca derivados de *tapira* compilados em línguas de outras famílias linguísticas não Tupi. Já em seu estudo publicado em 1922 Erland Nordenskiöld (1922: 53) percebeu este fenômeno da adoção do vocábulo da Língua Geral por povos não falantes de línguas Tupi. Note-se que os exploradores dos sertões da América portuguesa somente começam a viajar a cavalo e, posteriormente, empregando carretas de bois, a partir do primeiro quartel do século XVII, pois esses animais eram raros na zona de influência paulista, além do fato de que enfrentavam muitas dificuldades nas áreas densamente florestadas pela Mata Atlântica (BUARQUE DE HOLANDA, 1986, p. 168-172; MELLO E SOUZA, 1997, p. 46).

No Brasil central, encontramos, assim, o Bororo (Macro-Jê) *tapira* para denominar o boi (VIERTLER, 1990, p. 30-31), e o Bakairi (Karib) *tapira*, “termo de origem Tupi” (PINA DE BARROS, 1994, p. 295), derivado da palavra que nomeia a anta ou tapir¹². Ambos os vocábulos devem refletir a antiguidade dos contatos desses dois povos nos sertões mato-grossenses com os paulistas explorando a região nos setecentos: com efeito, há notícias dos Bakairi na região central do Mato Grosso desde o início do século XVIII – Antonio Pires de Campos menciona o “gentio chamado Bacayris” em 1723 (OBERG, 1953; PINA DA BARROS, 1977, p. 11-22) –, e já na metade desta mesma centúria são registrados como escravizados na minas de ouro de Cuiabá (PINA DE BARROS, 1977, p. 19-20; 1987, p. 78-79); data provavelmente deste período o envolvimento de parcelas deste povo como trabalhadores nas fazendas de criação que se espalham pela mesma zona como atividades subsidiárias para o desenvolvimento da mineração nas primeiras décadas do século XVIII, quando o gado *vacum* é introduzido na capitania (VILELA DA SILVA, 2005a, p. 129-142). Em comunicação pessoal, Wilmar D’Angelis sugeriu-me que os Paresi (família Arawak), igualmente alcançados pelas frentes de penetração paulistas no início do século XVIII, devem também ter utilizado, até o século XIX, o termo da Língua Geral Paulista para o boi, embora hoje – por razões ainda desconhecidas – adotem o empréstimo *bowi* do português (SILVA, 2013, p. 530).

¹² Noto que a língua Bakairi tem duas variedades, a ocidental (T.I. Santana) e a oriental (T.I. Bakairi), com várias diferenças mas mutuamente inteligíveis (MEIRA, 2004). Na grafia da SIL (Sociedade Internacional de Linguística, antigo Summer Institute of Linguistics) escreve-se *tapirâ* (LICCARDI; CAMP, 1992, p. 161) e Faria Jr. (2022) registra *tapirə*. Max Schmidt, contudo, anota um termo emprestado do português: *mavaká*, “do brasileiro: vaca” (SCHMIDT, 1942, p. 228) ou *vaka* (Bakairi do Kulisehu) e *wáka* (= vaca) (Bakairi do Paranatinga, segundo von den Steinen) (SCHMIDT, 1947, p. 52).

Bandeirantes paulistas também parecem ter difundido o termo Tupi *tapira* entre povos e línguas no leste do Brasil, majoritariamente classificadas no tronco Macro-Jê, e isso juntamente com os bois, já que consta que Matias Cardoso de Almeida levou rebanhos para Sabarabuçu, na futura zona das minas gerais, já em 1674 (VILELA DA SILVA, 2005b, p. 17). Uma outra hipótese a ser investigada refere-se à penetração das florestas do leste mineiro (vales dos rios Jequitinhonha, Murui e Doce e Zona da Mata), já nos primórdios da conquista, de povos de língua Tupi empurrados pela conquista e ocupação do litoral das capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e Rio de Janeiro e suas catastróficas consequências, como guerras e epidemias (VENÂNCIO, 2007, p. 88-95). Este seria o caso, por exemplo, das migrações dos Goitacá, que geraram conflitos com os Puri, Coroado e Botocudo no rio Doce e Zona da Mata (MÉTRAUX, 1946, p. 523-530), assim como de vários outros contingentes indígenas nos aldeamentos fluminenses, em constantes “fugas para o sertão” – que significava, basicamente, rumo ao futuro território mineiro (ALMEIDA, 2003, p. 92-96; VENÂNCIO, 2007, p. 94-95); amplas migrações de grupos falantes do Tupi pelo vale do rio São Francisco, provenientes do nordeste colonial brasileiro, também são referidas por Marcos Galindo (2017). Uma outra possibilidade de difusão do termo *tapira* e cognatos entre os povos originários do leste e sudeste mineiros estaria nos indígenas escravizados conduzidos para o trabalho nas minas e fazendas, conhecidos genericamente como carijós, e que eram falantes de língua (ou línguas) Tupi-Guarani (MONTEIRO, 1994, p. 61, 165-167; VENÂNCIO, 1997); Maria Leônia Chaves de Resende (2003, p. 64) observa, para as Minas setecentistas que os carijós eram “índios mansos falantes de tupi ou língua geral”, já que procediam de várias origens étnicas e geográficas (e, provavelmente, também linguísticas) distintas.

Nesta região, temos o Puri (família Puri), *tapir*, *tapír* ou *tapira*, registrado nos cinco vocabulários desta língua coletados no século XIX (LE MOS, 2012, p. 42); também aparece nas extintas línguas (ambas da família Maxakali) Maconi, como *tapihira* (NORDENSKIÖLD, 1922, p. 61), e Malali, como *tapiet* (WIED-NEUWIED, 1989[1820-1821], p. 511). O termo Puri para boi, conforme recolhido por Ehrenreich (2017[1886], p. 86), era *tapír*, certamente um empréstimo do Tupi, originalmente utilizado para designar a anta ou tapir. Eduardo Ribeiro (2009, p. 64-66) observa que muitos empréstimos nas línguas indígenas do tronco Macro-Jê no leste do Brasil decorreram da situação colonial, posto que denominam itens introduzidos após a invasão europeia (como foi o caso dos bois). No caso dos bovinos, outras línguas na região também tomaram o termo de empréstimo ao Tupi (seja o Tupinambá, ou Tupi da costa, seja de uma Língua Geral – ver abaixo): é o caso do Coroado *tapira* e do Malali *tapiet* (RIBEIRO,

2009, p. 66). A associação semântica entre a anta (*tapir*) nativa e o boi/a vaca exóticos, que deu origem ao termo Tupi *tapira* para “boi” (e, na sequência, aos empréstimos em Puri, Coroado e Malali), também se verifica nos contatos entre as próprias línguas indígenas: segundo Ribeiro (2009, p. 70-71), é provável que o termo Massakarã (a mais setentrional das línguas da família Kamakã) para anta, *krazó*, passou a denominar também bois/vacas e foi, posteriormente, emprestado às línguas da família Kariri, mais ao norte, que têm *cradzó* (Kipeá) e *cradzo* (Dzubukuá); tais trânsitos lexicais expressam, ademais, as conexões entre as regiões etnográficas do leste e no nordeste brasileiros, pois o mesmo autor (RIBEIRO, 2009, p. 73), partindo da análise de empréstimos, sugere que as línguas Kariri no passado estiveram em contato mais íntimo com as línguas do leste etnográfico pertencentes às famílias Maxakali, Kamakã, Puri e Botocudo¹³.

O viajante alemão Carl Philipp von Martius recolheu duas listas de palavras da língua Coroado (Macro-Jê, família Puri), um no rio Xipotó (em Minas Gerais) e um entre os Coroado aldeados na aldeia da Pedra, nas margens do Paraíba do Sul no norte fluminense. Em ambos os vocabulários Martius anotou o tupinismo *tapira* para designar o boi; note-se que se trata de termo não relacionado ao Coroado para anta, *painá* (D’ANGELIS, 2011, p. 271). Mas, neste caso, Wilmar D’Angelis (novamente em comunicação pessoal) aponta que o empréstimo foi tomado não da Língua Geral Paulista, mas da assim chamada Língua Geral do Leste (ou Língua Geral do Sul da Bahia), uma outra língua franca de base Tupi que teria se desenvolvido na região sul do atual território baiano, e para a qual existem evidências que se referem ao seu uso (por exemplo, nos vários aldeamentos e vilas indígenas nesta área nos séculos XVIII e XIX) e estudos bem seguros, ainda que não se encontrem documentos linguísticos específicos (ARGOLO, 2015 e 2016).

Derivados do termo *tapira* mobilizados para nomear bois/vacas foram registrados, ainda, em três outras línguas, todas classificadas na família Arawak, aparentemente sem relação com as áreas abordadas até aqui. Trata-se do Wapixana (Roraima) *tapir* (NORDENSKIÖLD, 1922, p. 63), *tapi’iz* (“gado”, segundo CADETE, s/d, p. 176) ou *tapi’izi* (HENFREY, 2017, p. 127)¹⁴; do Kauixana (ou Kaixana, no alto Solimões, Japurá e afluentes) *tapirá* (segundo Hanke) ou *tapíra* (conforme Nimuendajú) (RAMIREZ, 2001, 403); e do Aruan/Aruã (provavelmente também Arawak, extinta, antigamente falada na Ilha do Marajó) *tapüra* (com “r forte”, segundo

¹³ Com efeito, José Oiliam (1965, p. 19) faz referência à presença de Cariris no norte de Minas Gerais, na zona de Januária e sertão do Urucuia; teriam vindo do Ceará e chegado antes do século XIX na região.

¹⁴ O termo nada tem que ver com o vocábulo “anta”, *kudui* em Wapixana (CADETE, s/d, p. 129).

PENNA, 1881, p. 23). É provável que esses neologismos sejam também oriundos da Língua Geral Amazônica ou Nheengatu, que, ao que parece, alcançou grande difusão pelo vale amazônico e pode ter alcançado essas áreas ao norte do grande rio Amazonas (FREIRE; ROSA, 2003); Ramirez (2001, p. 403) afirma expressamente que o termo Kauixana coletado por Nimuendajú é um empréstimo do Língua Geral (L.g.). Talvez os termos tenham se difundido juntamente com a pecuária bovina em grande escala, que foi instalada tanto nos campos naturais do vale do rio Branco (VIEIRA, 2007) quanto no Marajó (LISBOA, 2012) no século XVIII – e, no caso do lavrado roraimense, com grande participação dos povos indígenas (Wapixana, Macuxi, Taurepang) como peões nas fazendas ou mesmo como criadores de pequenos rebanhos, em geral comunitários (RIBEIRO, 2018). O caso do Kauixana explica-se mesmo pela difusão da LGA até os confins da Amazônia, posto que a presença dos plantéis bovinos na sua região foi bastante discreta.

Deve-se observar, contudo, nesses casos de adoção do termo *tapira* por povos falantes de línguas não Tupi (e mesmo por certos grupos Tupi ou Tupi-Guarani) para denominar os bovinos, que não podemos supor a direta associação entre antas e bois, uma vez que o termo para a nova espécie deve ter sido proposto já para a identificação desta – ou seja, o boi e a palavra chegaram juntos –, e não a partir da (possível) reflexão indígena que conectou ambos os animais, como parece ter ocorrido nas línguas Tupi desde os tempos iniciais da trajetória do gado no território brasileiro. É assim que várias línguas que adotaram o vocábulo *tapira* e cognatos para designar os bois seguiram empregando termos próprios e distintos para nomear as antas, e estes nada têm que ver com aquele¹⁵. Demonstra ser prudente, deste modo, adensar as pesquisas sobre a história dos lexemas para os bovinos e os tapirídeos nas diferentes línguas nativas, concomitantemente com o estudo da história dos movimentos dos rebanhos e seus encontros com os povos indígenas, com vistas a detectar as possibilidades de ocorrência da aproximação semântica que discuto aqui.

A interiorização do gado bovino a partir do final do século XVII, por meio de frentes de colonização falantes de distintas línguas gerais de base Tupi (LGP, LGA e Língua Geral do Leste), parece ter proposto a diversos povos indígenas no Brasil central, oriental e mesmo

¹⁵ Por exemplo, no Puri (*pennân*) e no Coroadó (*painá*) os termos para “anta” são completamente distintos do vocábulo para boi (RAMIREZ; VEGINI; FRANÇA, 2015, p. 241); várias línguas da família Maxakali (como as citadas Maconi e Malali, acima) igualmente empregam palavras para “anta” que não estão relacionadas ao termo *tapira*: *ãmãt/fej* (Maxakali moderno), *amañü* (Pataxó registrado por Wied-Neuwied), *amahaj* (Pataxó Hãhãhãe), *amat/ij* (Monoxó) e, por fim, *amajö* (Malali) (RAMIREZ; VEGINI; FRANÇA, 2015, p. 268). Ver também a nota anterior.

setentrional, não apenas a associação entre bois/vacas e antas, mas também o termo com o qual denominar esses mamíferos exóticos: seja pela extensão semântica de termos cognatos já existentes nas línguas Tupi-Guarani, seja pela adoção do vocábulo Tupi nas línguas de outras famílias linguísticas. Deste modo, os diferentes povos indígenas parecem ter compreendido bois e vacas segundo suas experiências com as antas, os animais “de maior volume, que tem mais gordura e sangue que todos os demais animais comestíveis da floresta (BELAUNDE, 2008, p. 150). Este nexos entre um animal silvestre nativo e uma espécie exótica domesticada pode, ainda, ser explicado pelo fato de que, em muitos casos, bois e vacas espalhavam-se pelo território à frente de seus donos ou companheiros humanos, sendo conhecidos pelos ameríndios antes de que tivessem contato efetivo com os não indígenas e suas fazendas de criação; isso pode explicar por que, em muitos casos, os bovinos foram inicialmente percebidos como animais de caça ou presa (MELATTI, 1967, p. 122-137; SANTILLI, 1994, p. 21; SAEGER, 2000, p. 7, 60), sendo, tal como as antas, flechados, abatidos e comidos como “antas diferentes”, nas palavras dos Karitiana. Conforme Pedro Puntoni (2002, p. 45), referindo-se à expansão do gado pelos sertões do nordeste do Brasil, argumenta pela facilidade da “(...) captura do gado [pelos grupos ameríndios], dada sua forma mais ou menos lassa de pastoreio, e, portanto, o interesse que despertou nos povos autóctones, que viam nos animais soltos a possibilidade de satisfazer suas necessidades alimentares”.

Conforme pontuou Câmara Cascudo (2004, p. 146) na sua famosa *História da alimentação no Brasil*, no Brasil indígena “o gado bovino foi promovido à caça ambicionada”. Há, contudo, uma transformação do termo *tapira*, produzida a partir de sua difusão pelo território brasileiro, que permite repensar a questão da identificação entre bois e antas, introduzindo-lhe, por assim dizer, uma nova dimensão. É para esse deslocamento semântico que me volto na sequência.

Antas grandes, modelares, sobrenaturais

Voltemos ao termo para bois e vacas na língua do povo Avá-Canoeiro, hoje localizado em duas áreas indígenas nos estados de Goiás e no Tocantins. Se diferentes povos adotaram o termo *tapira* para boi, mas conservando-o para designar a anta nativa, os Avá-Canoeiro propuseram uma pequena mudança. Assim, nesta língua Tupi-Guarani, a anta seguiu *tapira*, ao passo que o animal bovino se tornou *tapira-ete* (BORGES, 2006, p. 320). De acordo com a linguista Mônica Borges (2006, p. 202-203), esta partícula *-ete* exprime algo genuíno,

verdadeiro, legítimo que de fato é: “realmente, mesmo, de verdade”; assim sendo, o boi/vaca se tornam a anta verdadeira, genuína, a anta de verdade, de fato. Carlos Fausto (2001, p. 262-263), por exemplo, discutindo o termo Parakanã (Tupi-Guarani) *awaeté*, que ele traduz como “humanos verdadeiros”, observa:

Os linguistas costumam definir o sufixo *-eté*, bastante comum nas línguas tupi-guaranis, como um intensificador. De fato, quando pós-fixado a verbos estativos como “ele é forte” (*hato-eté*) ou “ele é bom” (*ikato-eté*), ele cumpre essa função. Mas quando ocorre como sufixo de um sintagma nominal, é um modificador que indica propriedade, pertencimento perfeito a uma classe ou – para usar a terminologia da teoria dos protótipos – maior representatividade como membro de uma categoria; i. e., maior grau de prototypicalidade.

O sufixo em análise, então, vinculado a um nome, indica o prototípico, o exemplar mais perfeito, o próprio, o exemplar, o verdadeiro. Vários autores mencionaram a junção do sufixo *-ete* ao termo *tapir*, *tapira*, *tapiira* ou cognatos no Tupi antigo. Em certas partes dos territórios de língua Tupi na América portuguesa o sufixo parece ter sido antes aplicado para as antas nativas ou silvestres do que para designar os bovinos importados. O padre Claude d’Abeville, por exemplo, escrevendo sobre os “Animais terrestres que se encontram no Maranhão”, faz referência a *tapiiré-eté* como “vacas bravas ou selvagens, muito semelhantes às nossas, menos nas orelhas que são maiores” (D’ABEVILLE, 2002[1614], p. 242). Em notas ao texto do capuchinho francês, Rodolfo Garcia (1923, p. 76, meu grifo) comenta:

Tapira-etê, a anta (*Tapirus americanus*, Briss.). – O nome é susceptível de várias explicações, mas nenhuma satisfatória; o suffixo *eté* **verdadeiro**, **legítimo**, serve para differençar aquelle unglado dos bovinos, que os tupis só conheceram depois do contacto europeu.

O mesmo diz João Barbosa Rodrigues (1881, p. 45; 1882, p. 125, meu grifo), em duas passagens concordantes:

Este nome, *tapiy*, depois da introdução do gado no Brazil, estendeu-se tambem ao boi, e para differençar um animal do outro, ajuntam a palavra *eté*, **verdadeiro** e assim denominam á anta *tapiyreté* e ao boi *tapiyra*.

E complementa, bem mais recentemente, Eduardo Navarro (2013, p. 462-463, negritos e itálicos no original):

Com a colonização, o boi foi trazido para o Brasil, passando a receber o mesmo nome dado a um animal silvestre, que os tupis caçavam e não criavam, a **tapira**. Para se diferenciar um animal do outro, passou-se a utilizar, muitas vezes, o adjetivo **eté** (*verdadeiro*, *genuíno*) com referência à tapira do mato (**tapi’ireté** – a *tapira verdadeira*).

Tal conclusão estaria de acordo com uma das traduções comuns, e geralmente aceitas, do sufixo Tupi *-ete*, conforme grifado nos dois trechos acima: “verdadeiro, legítimo”¹⁶. Faz sentido, afinal, se pensarmos na anterioridade das antas nativas em relação aos bovinos introduzidos, chegados bem depois, pelas mãos dos europeus. Assim, se bois e vacas se pareciam com as antas, ou eram antas, de certo modo, estas seriam as antas verdadeiras, as legítimas, aquelas conhecidas desde o início dos tempos. Tal contrastaria com o que aconteceu na língua Avá-Canoeiro, na qual o papel das antas “genuínas”, *tapira-ete*, como vimos, foi assumido pelos bois. O sufixo, deste modo, teria sido incorporado para expressar não as antas autóctones, mas precisamente as vacas “domésticas” recém-chegadas.

Não obstante, o padre Lemos Barbosa (1951, p. 149) anota, para o Tupi antigo, as duas possibilidades: *tapiira* – anta e, com observação que se trata de neologismo, boi, vaca; *tapiireté* – anta; *tapiirussu* – boi, anta (onde *-ussu* constitui o sufixo “grande e grosso”). O autor registra, assim, a possibilidade de que ambos os termos, *tapiira* e *tapiireté*, fossem empregados tanto para a espécie nativa quanto para aquela exógena. Nossa questão, então, radica em refletir acerca deste sufixo *-ete* incorporado aos nomes ora das antas, ora das vacas, ora de ambas as variedades, se assim podemos dizer, de antas, as selvagens/nativas e as domésticas/introduzidas.

A partícula *-ete* aparece no Guarani Antigo, tal como no registro da *Conquista Espiritual* de Ruiz de Montoya (NOGUEIRA, 1879)¹⁷, e no Tupi Antigo (BARBOSA, 1956) com dois sentidos: de “bom, bastante, muito”, ou de grandeza, junto às ideias de “valor, preciosidade, genuinidade”. Parecem existir, portanto, dois modos de traduzir o mesmo elemento gramatical Tupi. Entretanto, penso que uma renovada análise do sufixo em tela, tendo como baliza o caso da língua Avá-Canoeiro, pode sustentar que ambos os sentidos – “legítimo, genuíno, verdadeiro” e “grande, bastante, muito” – na verdade constituem um único modo de expressar – traduzido alternativamente no português – a ideia de que justamente aquilo que é verdadeiro, o protótipo, é o que possui qualidades excessivas, hiperbólicas, sendo o grande, o grosso, e mesmo o sobrenatural. Com isto, os bovinos de rebanho, mesmo tendo aparecido nos mundos indígenas no território brasileiro depois de 1530¹⁸, podem se tornar as “verdadeiras” antas.

¹⁶ Falo em “geralmente aceitas” pensando, por exemplo, na etimologia do termo *tapireté* fornecida pelo *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1813): do tupi *tapiire'ete*, de *tapi'ira* ‘tapir’ [isto é, “anta”] + *ete* ‘verdadeiro’.

¹⁷ No *Tesoro de la lengua Guaraní*, também de Antonio Ruiz de Montoya, encontram-se, para vacas e bois, os hispanismos *vaka/mbaka* e *toro* (CABALLOS PIÑERO, 2013, p. 124-125); uma passagem, contudo (pois não há entradas diretas para os termos em estudo), sugere-se que a palavra *tapi'i* poderia ser empregada para designar tanto antas como bovinos (CABALLOS PIÑERO, 2013, p. 192).

¹⁸ A questão da anterioridade das antas em relação aos bovinos merece ser melhor investigada, o que pretendo fazer futuramente. Isso porque as historicidades indígenas não seguem, necessariamente, o percurso linear da

Minha hipótese, para o caso da língua Avá-Canoeiro é que, ao sufixar o termo originalmente designando às antas, este povo conservou esta última, original, por assim dizer, como o paradigma da anta, a *anta não marcada*; o sufixo *-ete*, então, funcionaria não (apenas) como atributo de originalidade, verdade ou anterioridade, mas como um intensificador, engrandecedor, e mesmo marca do *excesso* – mais ou menos como Viveiros de Castro (2002, p. 29-32) analisou o sufixo *-kumã* na língua Yawalapiti (Aruak) xinguana, que já encontramos antes neste artigo. Neste caso, penso que a tradução de Paul Rivet (1924, p. 173), a partir do termo Avá-Canoeiro recolhido por Couto de Magalhães ainda no século XIX, é mais precisa: “boeuf - *tapira-ete* (= grand tapir)”, a vaca uma “anta grande”. A vaca, uma anta maior, mesmo excessiva, hiperbólica. Notemos que, na língua Mbyá (também Tupi-Guarani), o sufixo *ete* agrega tanto as ideias de “real, verdadeiro, realmente” como de “perigoso, assustador” (DOOLEY, 1998, p. 36). O verdadeiro, aquilo que de fato é, é, afinal, o terrível.

De fato, se podemos continuar seguindo o modificador superlativo yawalapíti *-kumã*, conforme a análise de Viveiros de Castro (2002, p. 31-32) – e que parece fazer de bois e cavalos o mesmo que o sufixo tupi-guarani *-ete*: boi e cavalo = *tsöma-kumã*, antas-*kumã* – talvez seja possível sugerir que os sentidos de “grande ou excessivo” e de “verdadeiro ou genuíno” se encontrem. Nas palavras do autor

Esse modificador indica “ferocidade, tamanho, invisibilidade, monstrosidade, alteridade, espiritualidade, distância” (...). “A sufixação de *-kumã* a um conceito-tipo marca uma alteridade do referente face à essência do tipo. Essa alteridade é exterioridade, mas também excesso (...)”. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 31).

Porque, se os seres *kumã*, para os Yawalapíti, são caracterizados pela “ferocidade, tamanho, invisibilidade, monstrosidade, alteridade, espiritualidade, distância”, “exterioridade e excesso”, eles também recebem a marca do arquétipo, do próprio e do prototípico (presentes, em geral, nas narrativas míticas): “ele indica o *diferente*, mas também o *arquetípico*. O Outro é o Próprio, e vice-versa”. Nesse sentido, o verdadeiro é o monstruoso, o exemplar é o excessivo, a perfeição está na alteridade feroz, o genuíno é o grande – com efeito, tudo o que se sabe com relação às metafísicas canibais ameríndias (VIVEIROS DE CASTRO, 2018). Assim sendo,

história ocidental, na qual a data de chegada posterior dos bovinos ao território americano é uma constatação óbvia. Não obstante, sabemos que as narrativas mítico-históricas nativas não obedecem a este mesmo padrão cronologicamente sucessivo e progressivo e, assim, temos casos nos quais bois e vacas já figuram nas histórias de origem das coisas, dos seres e do mundo – aquelas que chamamos mitos –, como nos mitos Timbira (Brasil central), nos quais os rebanhos bovinos figuram no conjunto de mitos geralmente conhecidos como ciclo de Aukê (SCHULTZ, 1950, p. 86-93; DA MATTA, 1970, 1973; CARNEIRO DA CUNHA, 1986); talvez por isso mesmo os termos para “boi/vaca” em várias línguas Jê Setentrionais (*ply*, *pryg*, *plâte*, respectivamente nas línguas Apãniekrá, Krahô e Pykobje) nada tenham que ver, segundo Wilmar D’Angelis (comunicação pessoal) com os termos para “anta” (*kokhrvt*): trata-se, sempre, de seres distintos.

equinos e bovinos podem bem representar o protótipo, genuíno e monstruoso, verdade mítica e “espiritual” em sua interseção no mundo da experiência – parafraseando o mesmo autor – dos Yawalapíti e, para nosso caso em análise, dos Avá-Canoeiro.

O sufixo *-ete*, assim, pode indicar, simultaneamente, o que é verdadeiro, legítimo e o que é grande, grosso, bastante: o intensificador e o modificador que indica prototipicalidade não se opõem, porque o próprio é o excessivo. Na sua fina análise do adjetivo *eté* no Tupi Antigo, Navarro (2013, p. 122-123) nos oferece precisamente esta simultaneidade entre o normal ou próprio e o grandioso ou fora do comum: além de “verdadeiro, legítimo, autêntico, genuíno”, *eté* pode significar também, em construções prefixadas (o que o estudioso chama de *palavras pluriformes*), tanto “muito bom; excelente, ótimo; fino; enorme, fora do comum, a valer” e “mais, maior, melhor”, como “normal”; como advérbio, da mesma forma, o vocábulo expressa seja “muito, bastante”, seja “verdadeiramente, de fato”. Navarro registra, ainda, o adjetivo *eté-eté*, cuja reduplicação assinala o “imenso, grandioso”. Temos, assim, o próprio, o real, e o imenso, excessivo, no mesmo termo

Com isso, a denominação, como *tapira-ete*, dos bois e das vacas encontrados pelos Avá-Canoeiro desde pelo menos o século XVIII expressa algo da estranheza desses novos seres: sua semelhança e, ao mesmo tempo, sua diferença, em relação às antas nativas; protótipos ao mesmo tempo exagerados. E este exagero, este excesso, pode ser lido sob a chave do sobrenatural. Notemos, segundo nos informa a etnóloga Patrícia Rodrigues (2022), que os Avá afirmam que os cavalos (*kawaku*, um empréstimo do português) que encontravam em seu território eram montados por *inhanga*, espíritos dos mortos, que não podiam ser vistos. Esses animais, assim, adquiriam como que uma qualidade sobrenatural, assim como os brancos, os não indígenas, estes também ditos *inhanga*. Conta-se que os Avá corriam apavorados dos equinos, mas é fato que, posteriormente, começaram a abatê-los para o consumo, usando suas flechas de metal.

Os bovinos também parecem ter sido recebidos como seres algo diferentes das espécies nativas conhecidas: uma presa de caça, sim, mas uma presa de caça nova, anteriormente desconhecida, com estranhas qualidades. Tal operação simbólica parece ter se dado no nível do léxico, em que se combinaram, simultaneamente, uma semelhança e uma diferença. Anta grande, de um excesso talvez mesmo sobrenatural: bois seriam antas excessivas, antas sobrenaturais, mas também arquetípicas, modelares. Uma semelhança (bois são antas) e uma diferença (mas são antas demais) que talvez se expliquem pela fundamental associação dos bois (e dos cavalos) aos humanos, mas que podem igualmente apontar para a recusa da “verdadeira

igualdade” pelo pensamento ameríndio (LÉVI-STRAUSS, 1993, p. 67), no qual uma anta não pode ser idêntica a um boi. Esses grandes herbívoros de rebanho, domesticados, frequentemente aparecem junto de seus companheiros humanos, seus donos (fazendeiros) ou não (peões, vaqueiros), ao contrário das antas que, embora também tenham seus donos-controladores – os pais/mães/mestres/donos da caça ou dos animais, tão comuns nos mundos ameríndios, conforme Carlos Fausto (2008) –, levam vida livre na floresta, do ponto de vista dos humanos, como animais de caça. Se os não indígenas são *inhanga*, espíritos dos mortos, parece razoável hipotetizar que os animais que os acompanham partilham desta qualidade sobrenatural: alteridade e monstrosidade se confundem e se completam.

Este processo que poderíamos denominar de sobrenaturalização das estranhas espécies de *seres outros-que-humanos* introduzidos é verificado em outros contextos de encontros entre povos originários e bovinos ou outros animais de rebanho. Os Araweté (Tupi-Guarani), por exemplo, também notaram a semelhança e o excesso que aparecem simultaneamente na percepção dos bois: “boi, cavalo, burro, vaca” = *tapy'yuhu*, “anta grande” (SOLANO, 2009, p. 77, 485). Teríamos algo semelhante na língua Macuxi (Karib), operado pelo sufixo modificador nominal *-imî*, um aumentativo (AUG) que permite expressar tanto grandeza como “maldade” (*badness*) ou “o espírito de”: assim, *paaka* = vaca (evidentemente um empréstimo do português), e *paaka-imî* = vaca-AUG = búfalo, ou seja, uma “vaca má” ou um “espírito de vaca” (ABBOTT, 1991, p. 91). Um último exemplo vem da língua Sateré-Mawé (Tupi), na qual o boi se diz *wewato wato*, uma “anta grande” (em Nheengatu *tapiraçú*, *tapiruçú*, *tapirarîbawa* ou *tapirarîmawa*) ao passo que as antas nativas às vezes são designadas como *wewato ga'apy piat*, “antas do mato” (YAMÃ; SATERÉ, 2021, p. 210-211), onde o mato (floresta) se opõe à aldeia, onde aparecem, claro, os bovinos.

Poderíamos, nesta análise, incluir igualmente os cavalos, que, como se sabe, via de regra acompanhavam os bovinos na expansão da fronteira pastoril como os principais animais de trabalho. Sobre os equinos entre os Bakairi (Karib), Capistrano de Abreu (1895, p. 241) menciona uma lagoa onde existem “phantasmas”, entre eles o “cavallo-assú”; note-se que o sufixo *-assu* aqui, no sentido de “grande”, comunica justamente esta qualidade sobrenatural ou “phantasmagórica”. Talvez possamos mesmo sugerir que as muitas histórias populares sobre bois bravios, maravilhosos e misteriosos, e sobre cavalos dotados de habilidades espetaculares e quiçá demoníacas, que abundam nas zonas de pecuária extensiva dos sertões do Nordeste e do Centro-Oeste brasileiros (BRADESCO-GOUDEMAND, 1992; MACÊDO, 2006; MEDRADO, 2012), tenham suas origens não apenas na extrema valorização da pecuária e da

figura do vaqueiro, mas igualmente nas formas indígenas de pensar estas antas (ou veados, analogia mais comum para os equinos) domésticas, cuja distinção para com as antas bravas nativas está, como se viu neste artigo, longe de ser clara.

Considerações finais

Nos últimos anos, minhas pesquisas têm majoritariamente se dedicado a tentar compreender de que maneiras os povos indígenas conheceram e incorporaram, ou não, os animais de rebanho introduzidos e sua criação aos seus universos tecno-materiais e simbólico-semióticos (VANDER VELDEN, 2020, 2021). O estudo dos termos que, nas línguas ameríndias, passaram a denominar os exógenos bois e vacas (mas também cavalos, burros, cabras, ovelhas, porcos, búfalos e outras espécies domesticadas) pode nos trazer contribuições bastante interessantes para a elucidação do desenvolvimento do que venho chamando de *pecuárias indígenas* no Brasil – e, por outro lado, também das *anti-pecuárias indígenas*, nos casos nos quais os plantéis exógenos não foram ou não são aceitos ou incorporados ao cotidiano das comunidades originárias. Trata-se, assim, de buscar também por todo um léxico, eventualmente existente, vinculado não apenas aos animais em si mesmos, mas às técnicas de seu manejo, às tecnologias e aos artefatos por ventura empregados no seu controle, uso e exploração, ou mesmo no simples convívio com estes seres, tais como verbos para “montar”, “cavalgar”, “ordenhar”, “cuidar/criar”, por exemplo, ou os vocábulos para equipamentos de montaria, para as estruturas de confinamento (currais, cercados, chiqueiros), para instrumental de abate, entre muitos outros.

Este é um trabalho ainda em seus princípios, sobretudo porque, além de se tratar de uma pesquisa eminentemente interdisciplinar (entre linguística e antropologia), localizar os termos que me interessam em dicionários, vocabulários, listas de palavras e estudos acadêmicos nas línguas indígenas não é tarefa fácil. E se as simples denominações desses animais exóticos só raramente figuram nessas compilações, os demais termos ligados ao seu manejo e uso são ainda mais raros: pouquíssimos são os textos que trazem informações sobre este universo das *pecuárias indígenas*, como ocorre, por exemplo, entre os Apinajé (Jê-Timbira) no Tocantins, que possuem um rico vocabulário que descreve a criação de bovinos, como termos para capim braquiarião, carrapatos e aves associadas ao gado, entre outros (ALBUQUERQUE, 2012). Talvez se possa especular que se passa com as e os linguistas o mesmo fenômeno que, penso, ocorre com a(o)s antropóloga(o)s: um desinteresse generalizado por aquilo que não se coaduna com uma imagem idealizada do indígena, supostamente caçador-coletor inveterado, cercado,

tanto real como ritual e simbolicamente, por onças, queixadas e antas. Seria esta a razão da pouca atenção dada, ainda hoje, ao que Cecil Brown (1999) chama de “aculturação lexical” – e esta expressão, seguramente, não ajuda na popularização da empreitada, uma vez que faz menção, justamente, às perdas do que seriam as culturas indígenas originárias.

Há de se mencionar, ainda, a dificuldade do diálogo e da tradução intercultural, que aponta para a precariedade das nossas denominações; é certo, assim, que noções como “grandeza” ou “sobrenatureza” traduzem de modo tão somente parcial ou incompleto o que os povos indígenas querem dizer nos seus ricos vernáculos nativos. O mais importante a destacar é que a ideia de que bois sejam antas, ou antas sejam bois, não ilustram formas de pensamento supostamente arcaicas, tolas, pobres ou infantis – como ainda se caracteriza, no senso comum, as epistemes indígenas – mas, muito pelo contrário, ativas e complexas modalidades de conhecimento e de reflexão sobre as novidades e os eventos, que evidenciam disposições verdadeiramente científicas diante do mundo e de suas coisas e seres, precisamente aquilo que o grande antropólogo franco-belga Claude Lévi-Strauss (1997) chamou de *ciência do concreto*.

O fato é que bois, cavalos e outros animais domesticados introduzidos no continente americano com os europeus já são parte do cotidiano e dos universos materiais e simbólicos de muitos povos originários, em alguns casos há séculos. Sabemos, desde os trabalhos pioneiros de Alfred Corsby (1993), das radicais e extensas transformações que a Europa provocou nos ecossistemas americanos (e de outras partes do planeta) devido à biota portátil (animais, plantas, micro-organismos) que transferiu do Velho Mundo para estas paragens. A investigação das relações entre os indígenas e o gado, partindo de distintas disciplinas (antropologia, linguística, história, geografia, zoologia, veterinária e outras), pode constituir uma via de acesso aos modos como os ameríndios adotaram e modificaram material e conceitualmente, por sua vez, esta mesma biota de origem europeia ou eurasiática que por aqui frutificou.

Referências

ABBOTT, Miriam. Macushi. In: DERBYSHIRE, Desmond; PULLUM, Geoffrey (eds.). *Handbook of Amazonian languages – volume 3*. 1ª. edição. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991, p. 23-160.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges (org.). *Panhĩ Kapẽr - Kupẽ Kapẽr Apinayé – Português Dicionário Escolar Apinayé*. 1a. edição. Belo Horizonte: Editora da Faculdade de Letras-UFMG. 2012.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2003.

ARGOLO, Wagner. *História linguística do Sul da Bahia (1534-1940)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (UFBA), 2015.

ARGOLO, Wagner. As línguas gerais na história social-linguística do Brasil. *PAPIA*, v. 26, n. 1, p. 7-52, 2016.

ASÚA, Miguel de; FRENCH, Roger. *A New World of animals: early modern Europeans on the creatures of Iberian America*. 1ª. edição. Aldershot: Ashgate Publishing Limited. 2005.

BARBOSA, Padre Lemos. *Pequeno vocabulário Tupi-Português*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Livraria São José. 1951

BARBOSA, Padre Lemos. *Curso de Tupi Antigo*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Livraria São José. 1956.

BARBOSA RODRIGUES, João. Lista de arvores, animaes, etc. [Notas a Luccock, 1881, q.v.]. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, v. 44, n. 1, p. 35-130, 1881.

BARBOSA RODRIGUES, João. *Notas a Luccok sobre a flora e fauna do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de H. Laemmert & C., 1882.

BELAUNDE, Luísa Elvira. *El recuerdo de luna: género, sangre y memoria entre los pueblos amazónicos*. 2ª. edição. Lima: CAAP. 2008.

BORGES, Mônica Veloso. *Aspectos Fonológicos e Morfossintáticos da Língua Avá-Canoeiro (Tupi-Guarani)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística (IEL/UNICAMP), 2006.

BOUDIN, Max. *Dicionário de Tupi moderno (dialeto tembé-tênêthar do alto rio Gurupi) – volume II*. 1ª. edição. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas. 1978.

BRADESCO-GOUDEMAND, Yvonne. *O ciclo dos animais na literatura popular do Nordeste*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1992.

BROWN, Cecil. *Acculturation in Native American languages*. 1ª. edição. New York/Oxford: Oxford University Press. 1999.

BRUNO, Themis Nunes. *Estudo fonológico e morfossintático da língua Tapirapé no Curso de Educação Intercultural da UFG*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras (UFG), 2013.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *O extremo oeste*. 1ª. edição. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura. 1986.

CABALLOS PIÑERO, Antonio. *Etnografía Guaraní según el Tesoro de Antonio Ruiz de Montoya*. 1ª. edição. Assunção: CEPAG. 2013.

CADETE, Casimiro. *Dicionário Wapichana-Português/Português-Wapichana*. 1ª. edição. São Paulo: Edições Loyola. S/d.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *História da alimentação no Brasil*. 3ª. edição. São Paulo: Global. 2004.

CAPISTRANO DE ABREU, João. Os Bacaerys. *Revista Brasileira*, ano 1, t. IV, p. 234-243, 1895.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Lógica do mito e da ação: o movimento messiânico canela de 1963. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986, p. 13-52.

CHAMBOULEYRON, Rafael. O sertão dos Taconhapé: cravos, índios e guerras no Xingu seiscentista. In: SOUZA, César Martins de; CARDOZO, Alírio (orgs.). *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (séc. XVII-XXI)*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2008, p. 51-74.

CHAVES DE RESENDE, Maria Leônia. Minas mestiças: índios coloniais em busca da liberdade no século do ouro. *Cahiers des Amériques Latines*, n. 44, v. 2003/3, p. 61-76.

CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. 1ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

D'ABEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. 1ª. edição. São Paulo: Editora Siciliano. 2002 [1614].

DAMATTA, Roberto. Mito e antimito entre os Timbira. In: LÉVI-STRAUSS, Claude et al., *Mito e linguagem social*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970, p. 77-106.

DAMATTA, Roberto. Mito e autoridade doméstica. In: DAMATTA, Roberto (org.). *Ensaio de antropologia estrutural*. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 125-167.

D'ANGELIS, Wilmar. Fonologia da língua dos Coroados da Aldeia da Pedra (RJ). In: CABRAL, Ana Suely A. Câmara; RODRIGUES, Aryon D.; LOPES, Jorge D.; JULIÃO, Maria Risolêta (orgs.). *Línguas e culturas Tupi – volume 3/Línguas e culturas Macro-Jê – volume 2*. Campinas/Brasília: Editora Curt Nimuedajú/LALI-UnB, 2011, p. 249-272.

D'ANGELIS, Wilmar; GONÇALVES, Solange Aparecida (orgs.). 2018. *Dicionário escolar Kaingâk: a língua Kaingang no oeste paulista*. Brasília: FUNAI.

DOLE, Gertrude. Retrospectiva da história comparativa das culturas do Alto Xingu: um esboço das origens culturais alto-xinguanas. In: FRANCHETTO, Bruna;

HECKENBERGER, Michael (orgs.). *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2001, p. 63-76.

DOOLEY, Robert. *Léxico Guarani, dialeto Mbyá: versão para fins acadêmicos*. Porto Velho: SIL. 1998.

DRUMOND, Carlos (org.). Vocabulário na Língua Brasília – 1º. Volume (A-H). *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Etnografia e Tupi-Guarani*, v. 26, p. 1-154, 1952[1622].

EHRENREICH, Paul. Os Puris do leste do Brasil. In: BENTIVOGLIO, Julio (org.). *Os Puri*. 1ª. edição. Vitória: Editora Milfontes, 2017[1886], p. 79-87.

ERIKSON, Philippe; CAMARGO, Eliane. Caxinaua, mais guère amazoniennes: qui sont-elles? Les devinettes transcrites par Capistrano de Abreu. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 82, p. 193-208, 1996.

FARIA JUNIOR, Geraldo P. de. *A grammar of the Bakairi language*. Amsterdam: LOT. 2022.

FAUSTO, Carlos. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. 1ª. edição. São Paulo: EDUSP. 2001.

FAUSTO, Carlos. Donos demais: maestria e domínio na Amazônia. *Mana*, v. 14, n. 2, p. 329-366, 2008.

FERREIRA DA SILVA, Gino. *Construindo um dicionário Parakanã-Português*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (UFPA), 2003.

FREIRE, José R. Bessa; ROSA, Maria Carlota (orgs.). *Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

GALINDO, Marcos. *O governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuias (1651-1798)*. 1ª. edição. São Paulo: Editora Hucitec. 2017.

GARCIA, Rodolfo. Glossario das palavras e frases da lingua tupi., contidas na “Histoire de la mission des pères capucins em l’isle de Maragnan et terres circonvoisines” do Padre Claude d’Abbeville. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, v. 94, n. 128, p. 5-100, 1923.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo – história de uma polêmica (1750-1900)*. 1ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOULART, José Alípio. *O Brasil do boi e do couro*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Edições GRD. 1965.

GUZMÁN, Décio de Alencar. O inferno abreviado: evangelização e expansão portuguesa no Xingu (século XVII). In: SOUZA, César Martins de; CARDOZO, Alírio (orgs.). *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (séc. XVII-XXI)*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2008, p. 35-49.

HARRISON, Carl; HARRISON, Carole. *Dicionário Guajajara-Português*. Anápolis: Associação Internacional de Linguística-SIL. 2013.

HECKENBERGER, Michael. Epidemias, índios bravos e brancos: contato cultural e etnogênese no Alto Xingu. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (orgs.). *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2001, p. 77-110.

HEMMING, John. *Red gold: the conquest oft he Brazilian Indians, 1500-1760*. 1ª. edição. Cambridge: Harvard University Press. 1978.

HENFREY, Thomas. *Wapishana ethnoecology: a case study from the South Rupununi, Guyana*. 1ª. edição. Lethem: Wapishan Wadauniinao Atii'ó. 2017.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009.

KAMAYURÁ, Warý. *Awetí e Tupí-Guaraní, relações genéticas e contato linguístico*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística (UnB), 2012.

LEMOS, Marcelo Sant'ana. *Vocabulário da língua Puri*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Edição do Autor. 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *História de lince*. 1ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. 2ª. edição. Campinas: Papirus. 1997.

LICCARDI, Millicent; CAMP, Elizabeth (orgs.). *Kytanwem tãdâsenomedãdo kaintainhoem – Para nós lermos na nossa língua*. 1ª. edição. Cuiabá: SIL. 1992.

LISBOA, Pedro Luiz Braga. *A terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 2012

LOPES, Jorge Domingues. *Uma interface da documentação linguística e modelos lexicográficos para línguas indígenas brasileiras: uma proposta para o Suruí-Aikewára*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística (UnB), 2014.

MACÊDO, Silvia Lopes. *Encantamento do boi e reis encantados: xamanismo e identidade étnica entre os índios Kiriri do sertão baiano*. Monografia de Graduação, Bacharelado em Ciências Sociais (UFBA), 2006.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. 4ª. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MEDRADO, Joana. *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900*. 1ª. edição. Campinas: Editora UNICAMP. 2012.

MEIRA, Sérgio. O lingüista e a ortografia indígena: o caso da língua Bakairi. *Revista de Estudos e Pesquisas*, v. 1, n. 2, p. 73-99, 2004.

MELATTI, Júlio César. *Índios e criadores: a situação dos Krahó na área pastoral do Tocantins*. Rio de Janeiro: I.C.S/UFRJ, 1967.

MELLO E SOUZA, Laura de. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da vida provada no Brasil – volume 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 41-81.

MENEZES BASTOS, Rafael. *A festa da jaguatirica: uma partitura crítico-interpretativa*. 1ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC. 2013.

MENGET, Patrick. *Em nome dos outros: classificação das relações sociais entre os Txicáo do Alto Xingu*. 1ª edição. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Assírio & Alvim. 2001.

MÉTRAUX, Alfred. The Purí-Coroado linguistic family. In: STEWARD, Julian (ed.). *Handbook of South American Indians – volume I: The marginal tribes*. Washington: Smithsonian Institution, 1946, p. 523-530.

METCALF, Alida. *O papel dos intermediários na colonização do Brasil (1500-1600)*. 1ª edição. Campinas: Editora UNICAMP. 2019.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Global. 2013.

NICHOLSON, Velda. *Breve estudo da língua Asurini do Xingu*. Brasília: SIL. 1982.

NOGUEIRA, Batista Caetano de Almeida. Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo tradutor da “Conquista Espiritual” do Padre A. Ruiz de Montoya. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. VII, 1879.

NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (orgs.). *O português e o tupi no Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto. 2010.

NORDENSKIÖLD, Erland. *Deductions suggested by the geographical distribution of some post-Columbian words used by the Indians of South America*. 1ª edição. Göteborg: Elanders Boktryckeri Aktiebolag. 1922.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. 1ª edição. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto: FAPERP. 2006.

OBERG, Kalervo. *Indian tribes of Northern Mato Grosso, Brazil*. 1ª edição. Washington: Smithsonian Institution/Institute of Social Anthropology. 1953.

OILLIAM, José. *Indígenas de Minas Gerais*. 1ª edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1965.

OLSON, Roberta. *Dicionário por tópicos nas línguas Oiampi (Wajapi) - Português*. Brasília: SIL, 1978

PAPAVERO, Nelson. Sobre os nomes populares conferidos às espécies sul-americanas de Tapirus (Mammalia, Perissodactyla, Tapiridae). *Arquivos de Zoologia*, v. 49, n. 1, p. 1-112, 2018.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. Algumas palavras da língua dos índios Aruans. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. IV, p. 15-25, 1881.

PINA DE BARROS, Edir. *Kura Bakairi/Kura Karáíwa: dois mundos em confronto*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB), 1977.

PINA DE BARROS, Edir. Os Bakairi. In: OPAN/CIMI (orgs.), *Índios em Mato Grosso*. Cuiabá: OPAN/CIMI, 1987, p. 78-85.

PINA DE BARROS, Edir. Os Bakairi: economia e cosmologia. *Revista de Antropologia*, v. 37, p. 257-308, 1994.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil*. 1ª. edição. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2002.

RAMIREZ, Henri. *Línguas Arawak da Amazônia setentrional: comparação e descrição*. 1ª. edição. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

RAMIREZ, Henri. *A fala Tukano dos Ye'pâ-Masa – Tomo II - Dicionário*. 1ª. edição. Manaus: CEDEM/Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia, 2019.

RAMIREZ, Henri; VEGINI, Valdir; FRANÇA, Maria Cristina V. de. Koropó, puri, kamakã e outras línguas do Leste brasileiro: revisão e proposta de nova classificação. *LIAMES*, v. 15, n. 2, p. 223-277, 2015.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 3ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Eduardo Rivail. Tapuya connections: language contact in eastern Brazil. *LIAMES*, v. 9, p. 61-76, 2009.

RIBEIRO, Gilmara. *Criadores de gado: experiência dos Macuxi com o gado bovino*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRR), 2018.

RIVET, Paul. Les Indiens Canoeiros. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 16, p. 169-181, 1927.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. 2022. *Avá-Canoeiro*. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Av%C3%A1-Canoeiro>. Último acesso em 01/08/2022.

SAEGER, James. *The Chaco mission frontier: the Guaycuruan experience*. 1ª. edição. Tucson: The University of Arizona Press. 2000.

SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil: 1500-1627*. 1ª. edição. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP. 1982 [1627].

SANTILLI, Paulo. *As fronteiras da república: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco*. 1ª. edição. São Paulo: NHII-USP/FAPESP. 1994.

SCHMIDT, Max. *Estudos de etnologia brasileira*. Peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos. 1ª. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1942.

SCHMIDT, Max. Los Bakairí. *Revista do Museu Paulista*, nova série, v. 1, p. 11-58, 1947.

SCHULTZ, Harald. Lendas dos índios Krahó. *Separata da Revista do Museu Paulista – Nova Série*, v. IV, p. 49-163, 1950.

SEKI, Lucy. *Gramática do Kamaiurá: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu*. 1ª. edição. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial de SP. 2000.

SEKI, Lucy. Alto Xingu: uma sociedade multilíngue? In: FRANCHETTO, Bruna (org.). *Alto Xingu: uma sociedade multilíngue*. Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2011, p. 57-84.

SILVA, Glauber Romling da. *Morfossintaxe da língua Paresi-Haliti (Arawak)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Letras (UFRJ), 2013.

SOLANO, Eliete Bararuá. *Descrição gramatical da língua Araweté*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística (UnB), 2009.

SOUSA, Rogério. *Dicionário Urubu-Kaapor – Português*. Goiânia: Edição do Autor. 2021.

STRADELLI Ermano. *Vocabulário Português-Nheengatu, Nheengatu-Português*. 1ª. edição. São Paulo: Ateliê Editorial. 2014.

TORAL, André. Os índios negros ou os Carijó de Goiás – a história dos Avá-Canoeiro. *Revista de Antropologia*, n. 27/28, 1984/1985, pp. 287-325.

VANDER VELDEN, Felipe. *Inquietas companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana*. São Paulo: Alameda. 2012.

VANDER VELDEN, Felipe. O que anunciam os chifres dos bois? Artefatos multiespecíficos na expansão da pecuária no Brasil. *Anthropológicas*, v. 31, n. 1, p. 67-104, 2020.

VANDER VELDEN, Felipe. Sobre fracasos y éxitos relativos: técnica, política y ontología en los proyectos de crianza animal en aldeas indígenas de Amazonia. *RUNA*, v. 42, n. 1, p. 391-407, 2021.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais colonial: 1711-1725. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, p. 165-182, 1997.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas. In: RESENDE, Maria Efigênia L. de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais – volume 1: As Minas setecentistas*. 1ª. edição. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, p. 87-102.

VIEIRA, Jaci. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra*. Boa Vista: Editora da UFRR. 2007.

VIERTLER, Renate. A vaca louca: tendências do processo de mudança sócio-cultural entre os Bororo-MT. *Revista de Antropologia*, v. 33, p. 19-32, 1990.

VILELA DA SILVA, Jovam. *Mobilidade populacional na fronteira oeste de colonização*. Cuiabá: KCM Editora. 2005a.

VILELA DA SILVA, Jovam. *Histórico da pecuária no Brasil: fator de integração e desenvolvimento*. Cuiabá: KCM Editora. 2005b.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Esboço de cosmologia yawalapíti. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 1ª. edição. São Paulo: Cosac Naify. 2002, p. 25-85.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. 1ª. edição. São Paulo: Ubu Editora. 2018.

WIED-NEUWIED, Maximiliano, Príncipe de. *Viagem ao Brasil*. 1ª. edição. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/EDUSP. 1989 [1820].

WULF, Andrea. *The invention of nature: the adventures of Alexander von Humboldt, the lost hero of science*. Londres: John Murray Publishers. 2016.

YAMÃ, Jaguarê; SATERÉ, Aldamir. *Dicionário da língua Sateré (Sateré Pusu Agkukag) com tradução em Português e Nhêngatú*. 1ª. edição. São Paulo: Editora Cintra. 2021.